

A Influência da Mídia na Opinião Pública

Martina Baptista Jung

Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação

Abril, 2016

A Influência da Mídia na Opinião Pública

Martina Baptista Jung

Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação

Abril, 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Alberto Arons de Carvalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Alberto Arons de Carvalho, por ter aceitado prontamente o meu pedido de orientação, mesmo com a distância geográfica que nos separaria durante todo o semestre.

Agradeço à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa por ter me recebido muito bem durante o período em que estive a estudar em Portugal.

Agradeço também à minha família pelo apoio incondicional quando decidi realizar o meu mestrado em Comunicação Estratégica fora do país.

RESUMO

Neste trabalho, estudar-se-á o papel da mídia na veiculação de notícias e a forma como as coberturas jornalísticas influenciam a opinião pública. Observar-se-á o escândalo político como um evento midiático que aparece cada vez mais nos veículos de comunicação. Com o objetivo de analisar de que maneira são realizadas as coberturas jornalísticas destes fatos, serão estudadas as reportagens da revista Veja dos meses de julho e agosto de 2011, que tratam dos esquemas de corrupção revelados no Ministério dos Transportes e da Agricultura. A visão de John B. Thompson, sobre a má conduta em cargos governamentais, constitui a base teórica deste estudo de caso. Durante a análise, faz-se menção ao nome de todos os envolvidos nas práticas ilícitas dentro dos dois órgãos estudados.

Palavras-chave: Opinião pública. Jornalismo. Escândalo político. Corrupção.

ABSTRACT

This work will study the role of the media in the dissemination of news, as well as the influence of the news in the public opinion. Political scandal will be observed as a media event that appears increasingly in the newspapers. In order to analyze how the media expose these events, the reports of *Veja* magazine will be analysed, between July and August of 2011, dealing with corruption schemes revealed inside the Ministry of Transport and Agriculture. The sight of John B. Thompson on misconduct in government positions is the theoretical basis of this case study. During the analysis, it is mentioned the names of all those involved in illegal practices within the two organs studied.

Keywords: Public opinion. Journalism. Political scandal. Corruption.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	9
2	A Prática do Jornalismo.....	11
3	A Mídia e a Seleção de Notícias.....	15
4	A Opinião Pública no Contexto Político.....	18
5	Os Escândalos Políticos na Mídia.....	20
6	Análise de Dois Veículos Cubanos Oposicionistas.....	24
7	Principais Fatos de Corrupção no Brasil em 2011.....	26
7.1	Ministério dos Transportes e da Agricultura em Foco.....	29
7.2	Análise das Coberturas da Revista Veja.....	30
7.3	Análise das Capas.....	31
7.4	Aspectos Editoriais.....	34
7.5	Análise das Reportagens.....	37
8	Conclusão.....	48
	Referências bibliográficas.....	51

INTRODUÇÃO

Acredita-se que o mundo moderno veio acompanhado de diversas transformações sociais, e, junto a elas, percebeu-se um declínio dos padrões morais e a falta de compromisso com os códigos de ética relatados pelos veículos de comunicação. O surgimento dos sistemas digitais de informação facilitou a fixação do conteúdo e possibilitou um maior intercâmbio do que estava a ser evidenciado. Uma notícia que acontecia na Inglaterra ou Estados Unidos começava a difundir-se para todos os países do globo, transformando-se, rapidamente, em um acontecimento mundial.

Este deslocamento para um contexto mais amplo é que permitia às pessoas que ocupavam cargos governamentais, que ficassem suscetíveis ao escândalo e ao juízo público. Os escândalos políticos, fruto dessas mudanças na imprensa industrial, começam a surgir a partir do século XIX, quando a mídia consolida seu papel na sociedade. Ainda que seja possível que as más condutas já existissem, foi com o desenvolvimento da tecnologia que os líderes políticos tornaram-se mais visíveis como indivíduos na esfera pública.

O caso Watergate, ocorrido na década de 70, é tido como um marco na história dos escândalos políticos. O presidente Richard Nixon acabou por renunciar ao cargo, depois que as gravações dos aparelhos de escuta instalados ilegalmente no salão oval da Casa Branca, foram ouvidas por toda população americana. O seu envolvimento com o assalto ao Complexo Watergate foi impossível de ser encoberto, e o fato ajudou a fomentar um clima de ceticismo dentro no campo político, o que evidenciou que ninguém, nem mesmo o presidente, está acima de qualquer suspeita.

Desde então, o escândalo não é mais tido pela sociedade como uma ocorrência rara e excepcional, e sim, como uma característica da cultura política contemporânea. Ele está mais propenso de acontecer em democracias liberais do que em regimes autoritários, pois os partidos de oposição é que desempenham um papel importante no fomento desses acontecimentos. O escândalo de Watergate serviu também para incentivar ainda mais na classe jornalista o interesse em tornar públicas todas as informações e alegações com respeito às atividades privadas e potencialmente comprometedoras de figuras políticas.

No Brasil, em 2005, uma reportagem de cunho político marcou história. A transcrição de um vídeo que flagrava o então funcionário dos Correios, Maurício Marinho, a explicar para dois empresários como funcionaria um esquema de pagamentos de propina para fraudar licitações. Um dos envolvidos no esquema, o deputado Roberto Jefferson, foi desmascarado e suas revelações deflagraram o chamado Escândalo do Mensalão.

Contudo, a mídia desenvolve o papel de informar. E essa informação pode chegar até o público por meio de diferentes perspectivas. Alguns dos escritores que se interessaram pelos problemas da ideologia não conseguiram tratar adequadamente a natureza e o impacto dos meios de comunicação no mundo moderno e tenderam a olhar o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa como a emergência de um novo mecanismo de controle social nas sociedades modernas, um mecanismo através do qual as ideias dos grupos dominantes pudessem ser propagadas e difundidas e por meio do qual a consciência dos grupos dominados pudesse ser manipulada e controlada.

Essa visão leva a inúmeras discussões, mas o que buscar-se-á entender com este trabalho será qual das teorias acerca da influência da mídia na opinião pública está mais próxima da realidade. Qual delas poder-se-á ser tomada como base quando o que está em questão é saber se a mídia cumpre a sua função de comunicar com objetividade e neutralidade ou está suscetível a interesses privados.

O objetivo será avaliar a cobertura de escândalos políticos feita pela Revista Veja, veículo de circulação nacional no Brasil, e de que forma o jornalismo influencia na maneira como o público recebe essas informações. Buscar-se-á entender quais são os critérios de seleção de notícias e o que acontece quando um assunto recebe mais destaque perante os outros.

Verificar-se-á os resultados para a conclusão do trabalho por meio de pesquisa bibliográfica e do que é possível de perceber no âmbito da vida cotidiana, ou seja, que é de conhecimento popular. A levar em consideração que assunto seja bastante atual perceber-se-á o desafio de contextualizar os fatos da forma mais fidedigna possível, ainda que a coleta de informações se baseie em fontes de conhecimento irrefutáveis.

2. A PRÁTICA DO JORNALISMO

A imprensa no mundo nasceu com o objetivo de informar e difundir ideias. Não foi resultado de um evento político, constitucional ou económico, mas acabou por se tornar a principal ferramenta de comunicação entre os governos e as sociedades. O jornalismo como profissão existe desde o final do século XIX, quando estabeleceram-se regras e conceitos éticos a serem seguidos pelas publicações, e o objetivo da imprensa passou a ser o de informar e retratar a realidade de maneira fiel e verossímil.

Briggs e Burke (2002, p. 117) enxergam o jornal como uma "máquina social", enfatizando o poder sobre a opinião pública que a imprensa começa a exercer. Em 1853, estoura a Guerra da Criméia - conflito entre o Império Russo e países do oeste europeu, como Reino Unido, França e Itália - , considerado o primeiro evento a receber uma cobertura jornalística. Segundo os autores, "correspondentes especiais foram enviados para cobri-la, e artistas e fotógrafos para ilustrar as cenas de guerra".

Neste momento, a informação jornalística como produto de comunicação de massa está instalada como indústria cultural e como fenómeno da sociedade industrializada e urbana. Na obra *Communication and Communication Systems*, Lee Thayer apresenta a sua mais completa elaboração sobre a teoria da comunicação. Ele acredita que ela pode ser avaliada pela compreensibilidade de sua mensagem. A esse respeito, Thayer enfatizou que a clareza não é uma característica só das mensagens, mas de determinadas mensagens em face de determinados receptores.

Stephen W. Littlejohn, em sua obra *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*, reforça que a compreensibilidade subentende mais do que clareza da informação, pois nesse sentido estão envolvidos também a compreensão de sentimentos, intenções, significados e consequências. Littlejohn defende que a validade da mensagem é também uma função do processo de levar-em-conta dos originadores e dos receptores. Ele explica:

A validade é a credibilidade de uma mensagem baseada no grau em que a mensagem é consoante com outras coisas que o receptor está levando em conta, no grau em que a mensagem é congruente com o sistema conceptual-avaliatório do receptor, ou a credibilidade da fonte (Littlejohn, 1982, p. 62).

Ambos autores citados acima são da opinião de que o critério de relevância expressa-se na qualidade da utilidade da mensagem, ou seja, quanto mais utilidade uma mensagem possui, mais consumível ou útil ela é para determinado comunicador. É por isso que para que seja veiculado, o fato deve contar com determinados critérios de noticiabilidade. Se é de interesse público ou se vai afetar uma quantidade significativa de pessoas dentro de uma comunidade, então ele pode virar notícia. Quanto mais próximo do leitor for o local do evento, tanto mais ele tornar-se-á relevante ao público. Um evento com probabilidade próxima a zero de acontecer é jornalisticamente importante, pois é algo fora do usual, foge do comum.

Entre os conceitos de boa prática do jornalismo destacam-se a *confidencialidade* e a *imparcialidade*. A primeira deve ser seguida quando a fonte que forneceu a informação para o repórter aceita colaborar com o levantamento de dados contanto que a sua identidade seja preservada. Neste caso, o material poderá somente ser utilizado se o desejo do informante for respeitado e ele for mantido no anonimato. Já, a segunda deve ser exercida para que a informação não seja prejudicada ao revelar-se somente um único ponto de vista.

A maioria dos autores reconhece que a objetividade plena é impossível no jornalismo, mas admite isso como uma limitação, um sinal da impotência humana diante da própria subjetividade, ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da subjetividade (Genro Filho, 1987, p 186).

Todos os movimentos filosóficos, artísticos, políticos e científicos, a partir do século XVI, nasceram, de certo modo, na imprensa. Todas as mudanças até hoje experimentadas pelo homem, foram relatadas pelos canais de comunicação. Algumas notícias foram reveladas por jornalistas investigativos, outras por jornalistas de opinião e ainda há fatos que foram transmitidos por meio do jornalismo interpretativo, que analisa os acontecimentos com aprofundamento e análise; o informativo, que privilegia os eventos mais recentes e o literário, muito utilizado em revistas, que enriquece a história de detalhes. Beltrão sublinha:

O jornalismo, em qualquer das suas manifestações, busca satisfazer a três necessidades do espírito humano, integrado na vida social, a saber: 1. Informar-se do novo, do imprevisto, do original e, através dele ou por causa dele, recordar-se do passado, do já sabido, do quase perdido nos arcanos da memória; 2. receber uma mensagem de advertência ou orientação, isto é, alertar-se para o futuro, para a ação; 3. entreter-se, descansar das

preocupações no humor, na ficção, na poesia, nas belas letras, na arte (1992, p.75).

Em um sentido mais amplo, Thayer complementa esse pensamento e acrescenta que a comunicação também pode funcionar para influenciar direta ou indiretamente e persuadir, de forma direta e manifesta. Para ele, a comunicação tem como uma das principais funções a de integrar, pois ela reforça e confirma relações sistêmicas, e inclui os processos de descrição e orientação, a reafirmação da estrutura social, cerimônia, ritual, etiqueta, protocolo, evocação e jogos.

Aqueles veículos impressos de comunicação que divulgam casos triviais e distorcem histórias, têm como fim único atrair a atenção de mais leitores. Esta divulgação exagerada dos fatos ficou conhecida como “imprensa amarela” ou “imprensa marrom”. O jornalismo sensacionalista, entretanto, é menos praticado em países democráticos, onde o indivíduo cuja reputação foi atingida tem o direito de ser indenizado pelo órgão difamador, seja por meio de uma retratação pública pelo veículo ou em forma de dinheiro. Além do mais, o veículo perde sua credibilidade.

O desenvolvimento do jornalismo investigativo do século XX foi resultado, segundo John B. Thompson, da busca do ideal do *ethos* jornalístico de descobrir fatos, em um meio cultural que adotava uma atitude mais cética com respeito ao que normalmente é dito. A necessidade de olhar além das explicações que eram fornecidas pelas fontes surgiu depois da consciência de que personalidades políticas omitiam informações que poderiam prejudicá-las. Essa busca determinada por mais revelações propiciou o aumento, é claro, dos escândalos.

A Teoria do Espelho, a mais antiga conceituação da prática jornalística, nasceu com a imprensa industrial. Ela enxerga o jornalista como um mediador, que capta a realidade e reflete fielmente ao seu leitor. Entretanto, o trabalho da filtração das notícias é uma condição inevitável, visto que o número de acontecimentos é maior do que o espaço que há no jornal. Em oposição a esse pensamento, está a Teoria do Agendamento ou *Agenda Setting*, que sugere que a mídia determina qual será a pauta para a opinião pública, através de um processo competitivo entre os fatos para ganhar a atenção dos profissionais da mídia (Dearing & Rogers, 1996). Aqui, os meios de comunicação são vistos como uma ferramenta do poder político, que controlam a conversação social e influenciam a maneira do público de pensar.

O estudo leva esse nome pois considera que a mídia agenda o que é conversado, portanto, as pessoas debatem apenas sobre o que foi veiculado nos jornais. Por um lado, identifica-se uma onipresença e um enquadramento do assunto que será discutido pela população, a configurar-se como *Framing*. Por outro, a tematização e a contextualização fazem-se presentes, o que pode ser conhecido como *Priming*.

Esses conceitos fazem-se presentes diariamente. Mesmo que os leitores não percebam, os veículos de comunicação estão constantemente a pautar os assuntos que serão mais debatidos pela sociedade. Eles fazem isso muitas vezes com base em uma avaliação que leva em consideração o que o público gostaria que fosse noticiado ou qual assunto teria maior audiência e aceitação se fosse trabalhado.

O que torna a atividade jornalística dúbia é justamente o interesse que está por trás desde agendamento de notícias. Se, hoje, o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva está a ser investigado e os meios de comunicação em massa acompanham o passo a passo deste enredo com uma proximidade talvez exagerada, o leitor deve-se questionar qual é o verdadeiro objetivo de tamanha exposição e se há relevância em tornar públicas as afirmações que incriminam o político antes mesmo de concretizarem-se as provas de tal acusação.

3. A MÍDIA E A SELEÇÃO DE NOTÍCIAS

Quando nasceu o jornalismo impresso, os periódicos eram financiados por partidos políticos que, nele, investiam recursos, na busca de promover as suas ideologias. Com a industrialização e o surgimento da publicidade, iniciou-se um jornalismo mais objetivo e independente em relação ao poder político. Essa autonomia dá ao jornal liberdade para escrever sobre o governo e a oposição nas diferentes editorias. Thompson esclarece:

Já no século XVIII a liberdade de imprensa para expressar críticas abertas aos ministros do governo e aos monarcas era cada vez mais afirmada como um direito que deveria ser defendido a fim de garantir e proteger a liberdade das pessoas contra as ações restritivas e potencialmente opressivas do estado (2002, p.76)

Após a 1ª Guerra Mundial, Harold Lasswell começou a observar o poder da mídia e concluiu, então, que não existe comunicação sem intenção. As notícias têm um propósito de serem veiculadas. Em seu trabalho *Mass Communication Research*, ele ressalta a importância dos meios de comunicação como formadores de opinião pública em questões políticas e analisa quem diz, o que diz, em que canal, para quem e com que efeito. Lasswell trata de uma representação da onipotência da mídia que influi enormemente na audiência de maneira grotesca e manipuladora.

Em *A Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas já explicava que ao mesmo tempo em que os meios de comunicação em massa expandiram-se dentro da esfera pública, eles re inseriram-se na esfera privada. Quanto mais elevou-se a sua eficácia jornalístico-publicitária, mais vulneráveis tornaram-se à pressão de determinados interesses. A publicidade comercial domina a esfera pública e leva pessoas privadas a atuarem enquanto proprietários sobre pessoas privadas enquanto público. A partir desse fato, poder-se-á entender que as notícias orientam-se conforme os pontos de vista das estratégias de vendas do mercado.

A ir de encontro com o pensamento de Lasswell de que não existe comunicação sem intenção, e com a opinião de Habermas, de que os meios de comunicação estão suscetíveis a determinados interesses privados, está o Professor de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Roberto Ramos. Em sua obra *Manipulação e Controle da Opinião Pública*, ele relembra a maneira como, com quase nenhuma legitimidade, José Sarney tornou-se presidente do Brasil por mero golpe da fatalidade, quando o presidente Tancredo

Neves não pode assumir e, posteriormente, faleceu. Sua estratégia foi então lançar o Plano Cruzado que viria estabilizar a economia brasileira e acabar com a inflação que assolava o país.

Contudo, seria difícil convencer o povo de que o Plano Cruzado daria certo apenas por meio de um pronunciamento. Foi justamente nessa hora que os meios de comunicação ou, os aparelhos ideológicos do estado, como refere Roberto Ramos, foram de extrema importância. Segundo ele, a imprensa está a serviço da difusão do que interessa à classe dominante. Ela molda a realidade de acordo com a interpretação do capital. O rádio, a televisão e o jornal, complementa, podem discordar vez ou outra de políticas governamentais, mas fecham com o modo de produção. Vivem do lucro como empresas capitalistas, exploram e dominam seus trabalhadores, portanto, comprometidas. Enfatiza:

A realidade é infinita. Não dá para contabilizar tudo o que acontece numa cidade, no país, no mundo, independente da periodicidade e do espaço disponíveis. Logo, os meios de comunicação partem para a seleção do que lhes interessa tornar público. Daí, pode variar seu comprometimento ou não com o governo. No entanto, sua adesão ao capitalismo se torna indisfarçável. (1987, p.39)

Segundo Luiz Beltrão (1976, p. 46), "a função jornalística é também educativa, quando fornece os dados objetivos que aclarem a opinião pública, permitindo à comunidade agir com discernimento na busca do progresso, da paz, e da ordem justa". Dentro deste pensamento poder-se-á entender que o profissional de jornalismo tem uma responsabilidade elevada de interpretar as informações corriqueiras e trazê-las novamente ao público de forma a solucionar dúvidas, esclarecer os erros e elaborar razões.

Alfred Korzybski dedicou grande energia à definição e explicação do processo de abstração. Segundo ele, abstração é o ato que consiste em pôr de lado ou não levar em conta detalhes da percepção, reflexão e classificação de objetos e eventos. Esse processo acaba modificando a realidade e por meio dele duas pessoas podem ter percepções diferentes em face do mesmo evento.

O exemplo que é citado por Littlejohn para explicar a teoria de Korzybski, em sua obra Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana, é a de dois repórteres de jornais diferentes que são enviados ao local de um incêndio para a cobertura do evento. Cada representação que o fogo produzirá na mente dos dois repórteres vai gerar uma percepção diferente e, portanto, a descrição que cada um deles fará do

evento terá um nível de abstração. As duas histórias não poderão ser iguais, dado que as pessoas sempre abstraem diferentemente acerca do mesmo acontecimento. Além disso, a cada uma das versões serão acrescentadas suposições ou inferências pessoais de quem está vivenciando a cena.

Assim, entende-se que a percepção dos acontecimentos pelos repórteres será sempre abstrata e infiel à realidade. A projeção dessa realidade envolve a colocação no objeto, tal como é percebido, das avaliações feitas por uma pessoa. O fato é que ao representar a realidade por meio de palavras, muitos detalhes são deixados de fora. Além disso, cada observador terá uma percepção com base nos valores que já lhe são inerentes.

Essa noção permeará todo o trabalho, pois na medida em que os veículos de comunicação enviam os seus repórteres para a cobertura de um determinado evento, seja ele político, econômico ou policial, estão cientes de que a notícia que será veiculada naquele canal será assinada por um profissional dotado de valores e crenças pessoais, que de uma forma ou de outra terão influência sob o olhar que ele terá de determinada situação e, conseqüentemente, revelarão um ponto de vista muito específico daquilo que está sendo noticiado.

4. A OPINIÃO PÚBLICA NO CONTEXTO POLÍTICO

A opinião pública é um tema amplamente discutido no campo da política. Ela tem um peso e uma influência muito grande quando o assunto é escândalo político, porque como ver-se-á no próximo capítulo, a partir da reprovação do público e do conhecimento dessa reprovação é que o fenômeno configura-se em um escândalo propriamente dito.

Mas apesar de a opinião pública ser supostamente a primeira mobilizadora nas democracias, não há uma vasta literatura a seu respeito. Há livros sobre governos e partidos, ou seja, sobre a maquinaria que registra as opiniões públicas depois que elas estão constituídas, mas sobre as fontes de onde elas surgem há relativamente pouco. O livro que será usado neste trabalho chama-se *Opinião Pública*, escrito pelo norte-americano Walter Lippmann.

Segundo Lippmann, o homem é uma criatura da evolução que pode abarcar somente uma porção suficiente da realidade que administra para a sua sobrevivência, e agarra o que na escala do tempo são alguns momentos de discernimento e felicidade. O mundo que temos que considerar está politicamente fora do nosso alcance, fora da nossa visão e compreensão. Sobre o conceito de opinião pública ele esclarece:

Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça desses seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas (1922, p.40).

A teoria de Lippmann enfatiza que as limitadas mensagens do mundo exterior formam um padrão de estereótipos, que são identificados com os interesses da pessoa à medida que ela as sente e as concebe. E, nesse sentido, na maior parte dos casos o ser humano não vê em primeiro lugar, para então definir. Ele primeiro define, depois vê. Assim, a tendência é seguir o que a cultura de cada um já predefiniu e perceber as mensagens através de uma forma estereotipada. Ele argumenta:

Por decorrência, o ambiente em que nossas opiniões públicas atuam é refratário em muitas maneiras, por censura ou privacidade na fonte, por barreiras físicas e sociais na outra extremidade, por atenção escassa, por pobreza de linguagem, por distração, por constelações inconscientes de sentimento, por desgaste, violência, monotonia. Essas limitações sobre nosso acesso ao ambiente combinam com a obscuridade e a complexidade dos próprios fatos que impedem a clareza e a justa percepção, substituindo ficções enganosas por ideias aplicáveis, impedindo-nos de adequados exames dos que conscientemente se esforçam em enganar (1922, p.79).

Portanto, a partir dessa teoria, a opinião pública é primariamente uma versão moralizada e codificada dos fatos, já que o padrão de estereótipos do centro dos códigos determina largamente que grupo de fatos as pessoas verão e sob que luz eles serão enxergados. Em função disso, sugere Lippmann, a política noticiosa de um jornal tende a apoiar sua linha editorial. Mas, se um capitalista vê um conjunto de fatos, o socialista vê outro conjunto de outros aspectos e cada um considera o outro irracional ou perverso quando o que a real diferença entre eles é a da percepção.

Nesse ponto entra-se novamente na discussão do capítulo anterior, de que cada comunicador interpreta os acontecimentos por meio de um prisma, composto de valores e crenças pessoais que já estão inerentes na sua forma de pensar. Por isso, quando o leitor entra em contato com a informação, precisa ter o discernimento de avaliar se tudo o que está escrito ou dito pode ser levado em consideração ou se ele terá de filtrar o que é acontecimento do que é a opinião do veículo de comunicação.

A comunicação dinamizada pela vida interna dos públicos determina o decisivo impulso das sociedades modernas para transformarem qualquer tipo de grupos em públicos e a “necessidade crescente da sociabilidade, que requer que os membros da sociedade estabeleçam comunicação regular entre si através de uma corrente contínua de informações e excitações comuns” (Tarde, 1902, p.56).

Sobre o tema, John Dewey referiu que os públicos pressupõem sempre um certo nível de interação com as instituições sociais, mas as características próprias de cada um tornam inevitável o surgimento de uma certa tensão relacional.

O próprio público para se formar tem de quebrar as formas políticas existentes, mas isto é porém difícil de concretizar dado que essas formas são elas próprias os meios habituais da mudança institucionalizada (Dewey, 1927, p.319).

5. OS ESCÂNDALOS POLÍTICOS NA MÍDIA

Escândalos de grande magnitude não são uma novidade do século XXI. Além do Watergate, casos como o Tammany Hall eternizaram-se internacionalmente. Na década de 1920, predominava uma rede de clientelismo na cidade de Nova Iorque. Formada por membros do Partido Democrata, dos Estados Unidos, era comandada por Willian Tweed. A conspiração empregou pelo menos 12 mil pessoas e gerou cerca de 50 milhões de dólares de lucro em apenas três anos. A fraude foi desvendada por jornalistas investigativos e até hoje é lembrada como marca na história da política mundial. (Thompson, 2002a)

O surgimento dos sistemas digitais de comunicação facilitou a fixação do conteúdo e possibilitou um maior intercâmbio do que estava a ser evidenciado. A notícia que surgia na Inglaterra ou nos Estados Unidos começava a difundir-se para todos os países, transformando-se rapidamente em um acontecimento global. Esse deslocamento para um contexto mais amplo fez com que aquelas pessoas que ocupam cargos governamentais fiquem mais suscetíveis ao escândalo e ao juízo público.

Atualmente, no Brasil, desvios de conduta e transgressões de valores de ocupantes de cargos importantes no governo estão a ser trazidos à tona diariamente, por todas as plataformas de comunicação, como emissoras de rádio, jornais, televisão e internet. Nessa última, o assunto não se limita a ser discutido apenas por profissionais da área da comunicação. Os internautas estão em constante ativismo político, construindo novos pontos de vista a partir da notícia em circulação e multiplicando sua visão do fato para milhares de pessoas, por meio de abaixo-assinados, blogs de opinião e do compartilhamento do assunto nas suas redes sociais.

Dessa forma, uma vez que o caso é divulgado, ele é continuamente retomado por diferentes veículos, gerando uma multiplicidade de histórias que variam em detalhe e ênfase, desenvolvendo-se até evoluir para o escândalo propriamente dito. Quanto maior é a divulgação do fato, tanto mais a informação recebe maior importância e alta visibilidade no domínio público.

À medida em que o escândalo é ampliado para todos os canais de comunicação, ele passa a ser transformado em narrativas prolongadas, constituídas

por tramas indeterminadas. Todos os leitores e espectadores sabem como ele começou, mas ninguém tem certeza de como ele vai acabar. Isso acontece, em parte, porque durante todo o processo de revelação e esclarecimento dos fatos, o político envolvido no escândalo pode tanto reconhecer suas atitudes e facilitar o esclarecimentos dos fatos, muitas vezes sensibilizando a sociedade, como pode negar qualquer responsabilidade na história, o que levará a novos caminhos dentro da investigação e influenciará no modo como o fato chegará a um fim.

O caso Watergate, ocorrido na década de 1970, é tido como um marco no início da história dos escândalos políticos da sociedade contemporânea. O presidente Richard Nixon acabou por renunciar ao cargo, depois que as gravações dos aparelhos de escuta instalados ilegalmente no Salão Oval da Casa Branca, comprovaram o seu envolvimento no assalto ao Complexo Watergate. Segundo Thompson:

A entrega das transcrições e outras investigações que surgiram durante as investigações do Watergate abriram também uma janela para o mundo das redes e organizações clandestinas que existiam por detrás da fachada pública do poder (2002, p.254).

Os escândalos políticos são eventos em que o declínio nos padrões morais de uma pessoa ou entidade, causados pelo enfraquecimento do compromisso com os códigos de ética, são manifestados. Todavia, nem todos são semelhantes. Eles se configuram em três diferentes maneiras: sexuais, financeiros ou de poder. O primeiro exemplo ocorre quando atividades da vida particular de uma personalidade pública, que transgredem normas e códigos de conduta sexual, são abertamente revelados. O segundo, quando as regras que regulamentam a aquisição e o uso de recursos financeiros são infringidas; e o terceiro, quando as leis e os regulamentos que estabelecem o exercício do poder são ignorados (Thompson, 2002b).

O escândalo não começa com a transgressão em si mesma, e sim, a partir do momento em que ela é publicada. As práticas que envolvem algum nível de abuso do poder ou de irregularidades financeiras que permanecerem ocultas, não podem ser classificadas como escândalos políticos. Neste trabalho, não estudar-se-á os escândalos sexuais da esfera política, mesmo porque essa categoria não tem tanto destaque no Brasil, como já ocorreu os Estados Unidos, durante o governo Bill Clinton, na Inglaterra com o caso Profumo, ou ainda na Itália, com Silvio Berlusconi, por exemplo. Os escândalos financeiros e de poder, esses sim, serão analisados.

Os políticos lutam para preservar a credibilidade perante o público, promovendo discussões e debates que favoreçam o seu ponto de vista, divulgando suas agendas de compromissos. Como Thompson bem referiu, essa imagem que ele deseja transmitir aos eleitores, segundo a teoria de Bourdieu (2000), corresponde ao seu capital simbólico, ou seja, sua reputação pessoal. A figura política do século XXI coloca-se diante dos meios de comunicação de massa como um indivíduo na esfera pública, e, conseqüentemente, torna-se mais visível aos olhos do seu eleitorado.

Essa visibilidade, aliada aos novos aparatos tecnológicos, como, por exemplo, telefones celulares com gravador de voz, câmeras e acesso à internet, expõem e comprometem atividades que, antigamente, permaneciam resguardadas, mas, que, começam a circular em ambientes públicos, evoluindo, pouco a pouco, até que tomam as dimensões de um escândalo político. Hohlfeldt sustenta:

As leis sociais da reputação constituem-se em um poder à parte, que em algum momento foi reconhecido como o quarto poder, designação depois dirigida justamente aos meios de comunicação, muito mais formidável que qualquer outro, inclusive da pressão legal que o Estado possa exercer sobre cada indivíduo, através das legislações e do poder de polícia (2010, p.245).

De acordo com Thompson, escândalos são lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo. Os escândalos não necessariamente destroem a reputação e enfraquecem a confiança, mas eles têm a capacidade de fazer isso. Uma das maneiras de levar ao acontecimento de um fenômeno desses é por meio de documentos que revelem transações e fatos do passado, como dossiês, por exemplo. Uma vez que o jornalista esteja de posse desses documentos, dá-se início a investigações que levam a uma denúncia em torno de informações obscuras. Kucinski salienta:

O dossiê é próprio de uma situação de fratura do bloco de poder, na qual as diferentes facções, justamente por ter controlado partes do aparelho de Estado, tinham informações privilegiadas que agora usam para combater-se reciprocamente (2005, p.65).

Contudo, segundo Thompson, para que surja um escândalo não é suficiente que algumas pessoas desaprovem as ações ou o acontecimento: é também necessário que alguns expressem a sua desaprovação a outros. Uma vez que as informações das atividades ilícitas dos políticos tornam-se acessíveis à população, elas provocam uma reprovação pública. É nesse momento que surgem os

escândalos midiáticos.

O superfaturamento de obras, mecanismo clássico e corriqueiro de corrupção no Brasil, torna-se com frequência um escândalo midiático, mas os casos mais comuns também envolvem abuso de poder, desvio de verbas públicas para instituições privadas, subornos, propinas e a prática do clientelismo, que consiste em nomear amigos e familiares para funções públicas. Todas elas implicam um custo elevado para os cofres públicos.

A negativa à acusação pode acarretar uma série de transgressões de segunda ordem, que poderão dar origem a novos escândalos. A tentativa de ocultar a atividade ilegal, por meio de falsas negações, mentiras ou obstrução dos fatos que ajudam a desvendar atividades ocultadas, torna-se, muitas vezes, mais importante do que a própria transgressão original. A série de afirmações e contra afirmações deixam em segundo plano a ofensa inicial e abastecem um novo escândalo, dentro daquele que já iniciou (Thompson, 2002c).

A prática de ocultar informações é muito comum. No Brasil, a maior investigação de corrupção do País, realizada pela Polícia Federal brasileira, investiga um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar mais de R\$ 6 bilhões de reais em propinas. Envolvidos no escândalo estão diversos partidos políticos e empresários, além do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da atual presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que foram beneficiados indiretamente com o esquema. Lula nega envolvimento na operação, o que poderá ocasionar uma transgressão de segunda ordem caso seja comprovado que ele foi um dos beneficiados. A investigação já dura mais de dois anos.

A impunidade dos políticos que cometem transgressões morais e usam o dinheiro público para o seu próprio benefício acaba por ocasionar mais práticas imorais. Contudo, a responsabilidade da mídia aumenta, na mesma proporção em que aumentam as práticas de corrupção. A cobertura de eventos políticos deste teor devem ser feitas com a máxima responsabilidade por parte dos veículos de comunicação, ou seja, de forma imparcial, sem ocultar informações que prejudiquem o entendimento por parte do público.

6. ANÁLISE DE DOIS VEÍCULOS CUBANOS OPOSICIONISTAS

Para entender-se como de fato a mídia influencia no modo como o público receberá a notícia, trar-se-á um caso muito específico de como a imprensa cubana trabalha na manipulação dos acontecimentos locais. A jornalista Julia Gus Brofman, em seu trabalho “O cotidiano cubano visto sob duas óticas - análise do Jornal Granma e do blog Generación Y, conclui que a mesma notícia pode ser apresentada sob pontos de vista diferentes quando os veículos seguem diferentes interesses e linhas editoriais.

Para embasar a sua teoria, ela selecionou as mesmas notícias publicadas nesses dois veículos diferentes - Jornal Granma e o blog Generación Y - para verificar de que maneira cada um deles retrata os acontecimentos dentro de Cuba. A escolha foi fruto do acompanhamento do blog e do site do jornal no período compreendido entre os meses de maio e outubro de 2010.

A imprensa cubana, ela defende, fala em diversas vozes, mas a polifonia presente é diferente da existente na maioria dos países. Ao invés de ter uma variedade de meios de comunicação que abrangem diversos pontos de vista, Cuba possui uma vasta e bem estruturada mídia que é monopolizada e controlada pelo Estado. Além desta, existem poucos meios de mídia alternativa que vivem em uma constante batalha para serem ouvidos.

A República de Cuba está sob um regime totalitário comunista que conquistou o poder à força em janeiro de 1959. A constituição do país determina que as liberdades civis, legalmente reconhecidas, podem ser negadas a quem se opõe à "decisão do povo cubano de construir o socialismo" (Botín, 2009, apud Brofman, 2010).

Brofman explica que os meios de comunicação cubanos, como a maioria dos órgãos do país, são regulamentados e controlados pelo governo. Segundo ela, as notícias são difundidas por meio de quatro canais de televisão, duas agências de notícias, dezenas de estações de rádio, pelo menos quatro sites de notícias e três jornais principais representando a opinião do Partido Comunista e de outras grandes organizações controladas pelo governo. Os meios de comunicação operam sob a supervisão do Departamento de Orientação Revolucionária do Partido Comunista, que desenvolve e coordena as estratégias de propaganda.

Os jornais nacionais são publicados por diversas organizações cubanas. O Partido Comunista - único partido legal - publica o principal, o Granma. Fundado em 1965, o Granma é o principal jornal do país, tem a maior circulação e é o diário oficial do Partido Comunista Cubano. Generación Y é um blog sobre o cotidiano em Cuba. A autora, Yoani Sánchez, é formada em Filologia Hispânica e especialista em literatura contemporânea latino americana. O seu blog é traduzido para 17 idiomas e possui mais de 14 milhões de acessos por mês. Ele foi classificado entre os 25 melhores blogs do ano em 2009 pela Time Magazine e a blogueira foi considerada uma das 100 pessoas mais influentes no mundo, na categoria "heróis e pioneiros", pela mesma revista (Sánchez, 2010).

A pesquisa realizada permitiu concluir que o jornal Granma, de fato, assume a posição de meio de comunicação oficial do Partido Comunista Cubano e dá um tratamento parcial às notícias, tendendo sempre para o lado favorável ao governo. Da mesma forma, o blog Generación Y - que também declara ter um posicionamento, só que contrário ao regime instituído no país - , deixa transparecer sua opinião e pode ser qualificado como um meio de jornalismo opinativo. O Granma, embora não seja fiel aos princípios de imparcialidade, possui um texto mais jornalístico e informativo.

A leitura do Granma constrói uma visão distorcida sobre Cuba, segundo Brofman. Por meio dela, pode-se acreditar que as condições do país e de sua população são ótimas. Os textos trazem exaltações aos feitos políticos e nem sequer divulga os fatos desfavoráveis ao governo. Uma vez que não existem outros meios para a sociedade obter informações, para eles, só aconteceu o que foi noticiado pelos veículos de comunicação oficiais, todos reproduzindo a mesma versão, também oficial.

Já o blog Generación Y não exige que as publicações sejam diárias e nem os conteúdos extensos como os postados no site do jornal Granma. O primeiro indicativo de parcialidade é a seleção de fatos noticiados: eles vão de acordo com o interesse da autora. Um segundo ponto a ser considerado é que o conteúdo é bastante opinativo. Existe a apresentação de dados, números, informações, mas em cima deles há uma grande carga de opinião.

7. PRINCIPAIS FATOS DE CORRUPÇÃO NO BRASIL EM 2011

Neste capítulo, buscar-se-á analisar como foi realizada a cobertura de escândalos políticos pontuais durante os primeiros meses do governo de Dilma Rousseff. Diversos escândalos midiáticos se manifestaram e receberam atenção do povo brasileiro. O primeiro deles foi o alegado enriquecimento ilícito do Ministro Chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, primeira situação delicada que viria a ganhar destaque. Formado em medicina pela faculdade do município de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, e cofundador do Partido dos Trabalhadores, Palocci multiplicou por 20 o seu patrimônio, entre os anos de 2006 e 2010. No período, ele adquiriu dois imóveis pela sua empresa de consultoria Projeto, um apartamento de luxo em São Paulo no valor de R\$ 6,6 milhões e um escritório também na capital paulista por R\$ 882 mil. O ex-deputado pediu demissão do cargo que ocupava no governo no dia 7 de junho de 2011.

Cabe destacar um trecho da autobiografia de Palocci, quando foi escolhido para ocupar o Ministério da Fazenda no governo Lula, mesmo sem entender suficientemente de economia, como ele admite:

Aloizio Mercadante parecia gostar da ideia de assumir o Ministério da Fazenda e eu ir para o Planejamento. Dormi tranquilo naquela noite com a impressão de que o aparente conflito teria um desfecho favorável e a paz tão fundamental naquela fase de transição e montagem de governo estaria assegurada. Só teria que arrumar um jeito de retomar a conversa com Lula e convencê-lo de que seria melhor assumir o Ministério do Planejamento, que me pareceu ser a composição mais adequada naquele momento (PALOCCI, 2007, p. 18).

O próximo escândalo que viria a conhecimento do povo brasileiro envolveu o Ministério dos Transportes. Um esquema de corrupção, comandado pelo Partido da República, foi manchete dos principais canais de comunicação em todo o Brasil. Conforme os relatos obtidos pelos jornalistas, o partido cobrava 4% de propina de empreiteiras interessadas em contratos com o governo. Estavam envolvidos, no plano, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Valec, estatal das ferrovias. A Polícia Federal abriu 79 inquéritos sobre os desmandos na pasta, e descobriu que um total de mais de R\$ 680 milhões de reais haviam sido desviados. O escândalo derrubou o ministro, Alfredo Nascimento, seu chefe de gabinete, Mauro Barbosa, os chefes do Dnit, Luiz Antonio Pagot, e da Valec, José

Francisco das Neves, e mais de 20 funcionários da pasta (Veja Online, 2012).

Em agosto, outro esquema de corrupção ganhou evidência nas manchetes e nas capas dos jornais. A revista Veja revelou um pagamento irregular de oito milhões de reais, efetuado pelo Ministério da Agricultura, o que levou à demissão de Oscar Jucá, da Companhia Nacional de Abastecimento, a CONAB. Ele, então, contou tudo o que sabia sobre os esquemas de fraude no órgão.

No decorrer das investigações, descobriu-se ainda que o PMDB e o PTB controlavam a pasta, com o objetivo de embolsar dinheiro de negócios superfaturados. Dois acontecimentos sobressaíram nas reportagens. Em um deles, representantes da Conab tentaram adiar o pagamento de uma dívida, com o intuito de aumentar o valor original e distribuir parte disso para autoridades do ministério. No outro, um terreno da instituição foi vendido por um valor quatro vezes menor que o de mercado, para a empresa de um amigo do senador Gim Argello (PTB). As investigações dirigiram o foco também ao lobista Júlio Fróes que, segundo se constatou, atuava livremente no ministério, tendo até uma sala com computador, telefone e secretária - tudo com o aval da cúpula e do Ministro da Agricultura, Wagner Rossi (Veja Online, 2012).

Em agosto de 2011, mais um escândalo tomou corpo dentro do governo. Uma operação da Polícia Federal desmontou um esquema de desvio de verbas dentro do Ministério do Turismo. Foram presas 38 pessoas, entre elas oito funcionários da pasta. Algumas delas tinham relações e influência sobre os preparativos da Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. No mesmo mês, um grupo de parlamentares do Partido Progressista procurou a Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para denunciar irregularidades no Ministério das Cidades. Mário Negromonte, o então Ministro, foi acusado de oferecer R\$ 30.000 reais de mesada em troca de apoio (Veja Online, 2012).

Quando se pensava que as demissões dos ministros acima citados tinham chegado ao seu fim, mais um escândalo chamou a atenção da mídia: a existência de um suposto esquema organizado pelo Partido Comunista do Brasil, dentro do Ministério do Esporte. Segundo acusações, o partido desviava dinheiro público, utilizando Organizações Não Governamentais amigas, como fachada. Calcula-se que, no total, mais de R\$ 40 milhões de reais foram desviados em oito anos. O então titular da pasta, Orlando Silva, pediu demissão do cargo, semanas depois que

estourou o escândalo (Veja Online, 2012).

Mais tarde, em novembro, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, do PDT, também foi afastado do cargo. As informações, divulgadas pela mídia, davam conta de que o político prestava favores a algumas ONGs amigas e extorquia outras. Um dos fatos que veio à luz salientava que Lupi chegou a fazer uma viagem paga pelo presidente de uma dessas organizações favorecidas, o que Lupi negou diante de toda a população. Mais tarde, descobriu-se, através de fotografias e vídeos, que a alegação do então ministro era falsa.

O caso do ministro Carlos Lupi é o exemplo perfeito do que Thompson denominou como *transgressão de segunda ordem*. Se tivesse admitido ter feito a viagem, ele teria de responder somente pela acusação original, a de beneficiar ONGs amigas. Agora, a viagem ocultada por ele ganhava destaque e culminava em uma repudia maior por parte da mídia e, conseqüentemente, de toda a população.

O ano de 2012 inicia com mais dois casos vexatórios. Primeiro, descobre-se que o Ministério da Pesca gastou mais de R\$ 30 milhões na aquisição de lanchas-patrolha, que não podem ser usadas, e por isso não tem utilidade alguma, já que a pasta não tem competência para realizar esta atividade. Em março, das 28 novas lanchas, 23 permaneciam fora de operação (Veja Online, 2012).

O segundo, que envolve o bicheiro Carlinhos Cachoeira, compromete uma lista de políticos, mas, principalmente, desmascarou o senador goiano Demóstenes Torres, até então admirado por todos e conhecido pela sua luta contra a corrupção. Em abril de 2012, o poder legislativo optou pela instalação de uma CPI para investigar o envolvimento de Carlos Augusto Ramos, o Cachoeira, com agentes públicos e privados, ou seja, quantos e quais políticos mantinham relação com o bicheiro.

A medida foi encaminhada depois que informações de que Carlos Cachoeira e Torres trocaram mais de 300 ligações por celular, e de que senador teria ganhado de presente do contraventor uma geladeira e um fogão importados, avaliados em R\$ 30.000, chegaram a conhecimento do público. (Veja Online 2012)

7.1 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DA AGRICULTURA EM FOCO

Segundo suas próprias palavras, o lobista Fróes agia com a autorização do amigo, o ministro Wagner Rossi. Mesmo sem fazer parte do quadro de servidores do ministério, ele articulava fraudes e participava de todas as decisões da pasta. Foi ele quem negociou o pagamento de propina com uma instituição de ensino - um terço do valor do contrato - e atuou como representante dessa instituição. O golpe rendeu ao grupo de Fróes e de Wagner Rossi quase R\$ 3 milhões de reais (Veja Online, 2012)

O outro personagem envolvido na operação, Wagner Rossi, foi acusado, entre outros escândalos, de desviar verbas públicas para quitar dívidas das empresas das quais ele é proprietário. Ele é, também, acusado de cobrar dois milhões de reais de propina em uma licitação da pasta, bem como, participar de uma fraude eleitoral que resultou em 8 toneladas de alimento jogadas no lixo. Rossi, a pedido de Dilma, chegou a afastar algumas pessoas de seus cargos, dentro da CONAB. Contudo, também, pesavam sobre o ministro acusações de tráfico de influência no ministério. Outra informação veiculada revelava que Rossi fazia uso do jatinho particular da empresa Ourofino Agronegócios. (Veja Online, 2012).

Milton Ortolan, braço direito do ministro, também, foi pivô deste escândalo, em particular. Além de compactuar com os demais integrantes da pasta, para tráfico de influências, desvio de verbas públicas e favorecimento de amigos, o então secretário executivo foi apontado como mandante, em um dos casos de cobrança de propina pelo lobista Fróes.

Quanto aos principais envolvidos no escândalo do Ministério dos Transportes, o Ministro Nascimento já respondia por outras acusações no Supremo Tribunal Federal, como o envolvimento no escândalo do mensalão. O ex-presidente do DNIT, Luiz Antônio Pagot, negou todas as acusações e depois começou a ameaçar os demais integrantes da pasta, incluindo a Ministra da Casa Civil, Gleise Hoffmann. Posteriormente, voltou atrás e pediu afastamento do cargo.

O último envolvido, Waldemar da Costa Neto, foi denunciado, anonimamente, para a Polícia Federal, acusado de agir como dono do Partido da República. Ele também é réu do escândalo do mensalão e acusado de receber R\$ 11 milhões de reais, em troca do apoio do partido ao governo Lula.

7.2 ANÁLISE DAS COBERTURAS DA REVISTA VEJA

Neste capítulo, buscar-se-á analisar as principais reportagens de cada edição estudada. Tendo em vista que as chamadas de capa nem sempre são relevantes ao trabalho, a análise será feita a partir da editoria "Brasil". Esta, por sua vez, é a primeira editoria com assuntos que exigem duas páginas ou mais para uma melhor compreensão do público. Os três tópicos escolhidos devem apresentar aspectos de linguagem, de cores e de conteúdo, em torno de quais fatos são trazidos ao conhecimento do público. Primeiramente, examinar-se-ão as capas de cada uma das oito edições estudadas. Em seguida, observar-se-á o que a revista se preocupou em reportar em seu editorial e, finalmente, se as reportagens que envolvem os escândalos no Ministério do Transporte e da Agricultura estarão em foco. Por mais pertinente que seja a leitura das colunas de opinião de Veja, descartar-se-á a necessidade de estudá-las, porque cada exemplar conta com, pelo menos, quatro colunistas e nem todos abordam o tema. Os três principais colunistas que escrevem sobre o assunto, Roberto Pompeu de Toledo, J.R. Guzzo e Mailson da Nobrega, não o fazem semanalmente. Desta maneira, em razão das dificuldades para desenvolver uma linha de raciocínio, optou-se por não utilizá-los.

7.3 ANÁLISE DAS CAPAS

A primeira capa da revista Veja do mês de julho, quando as denúncias de corrupção no Ministério dos Transportes já haviam sido reveladas pelos noticiários, e, até mesmo derrubado o ex-ministro Alfredo Nascimento, traz a imagem de dois carrinhos de compras, com uma jovem mulher no meio. A preocupação é comunicar a intenção de fusão entre o Grupo Pão de Açúcar e o Carrefour, e o que isto pode representar para o bolso das famílias brasileiras. Abaixo, uma chamada para entrevistas exclusivas com Abilio Diniz, dono do Grupo Pão de Açúcar; Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Mike Duke, presidente da rede Walmart. No topo da página, há destaque para duas outras matérias, uma de comportamento, sobre famílias brasileiras, e outra sobre o escândalo sexual que envolveu o ex-diretor geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn.

Como se pode observar nada se publicou a respeito do escândalo no Ministério dos Transportes e os leitores ficaram sem informações do que estava acontecendo com a administração pública brasileira. Aqui, poder-se-ia dizer que os editores da Revista não tinham interesse em dar destaque para o que estava a acontecer dentro do Ministério em questão. Este é o caso específico de *Agenda Setting*, no qual a mídia parece determinar o que será alvo de preocupação e atenção por parte da comunidade.

A segunda capa do mês de julho, ainda, desconhece o escândalo. Pelo contrário, uma moça bonita e bem vestida ocupa metade da página, de braços cruzados, ao lado da frase: "As lições dos campeões", seguida do subtítulo: "10 vitoriosos ensinam como conquistar um dos cobiçados cargos oficiais com salário inicial de até R\$ 21.000 reais". O assunto é pertinente, mas perde sua importância quando se tem um problema de tamanha magnitude, como as denúncias de corrupção. No topo da capa ganham destaque as matérias de ciência, comportamento e política. Esta última, se refere às trocas de cargos por apoio ao governo.

Novamente, ao se observar a capa da revista Veja, do dia 20 de julho, a terceira das oito a serem analisadas neste trabalho, fica difícil identificar que haja um esquema de corrupção comprometendo a imagem de políticos brasileiros e que

estava a prejudicar cada vez mais o governo de Dilma Rousseff. Por outro lado, no centro da página, há uma pergunta: "A preço de banana?", seguida da imagem de uma banana com uma cifra de ouro e brilhantes pendurada na casca. Abaixo, uma frase revela que o Brasil é um dos países mais caros do mundo.

Nesta edição, a escolha da capa é apropriada, na medida em que critica o preço do custo de vida que o brasileiro paga, em um país onde a corrupção é dominante, como será mostrado nas páginas a seguir. Dividem espaço, no topo da exibição, chamadas para uma matéria de ciência sobre como o Google molda o cérebro e a memória, e outra sobre Gabriel Chalita, Deputado e escritor, que fez sucesso na política brasileira, além de uma entrevista com a filósofa francesa Elisabeth Badinter.

A quarta e última capa no mês de julho repercute uma tragédia internacional. A foto, que ocupa a página inteira, é de dois policiais socorrendo uma jovem ferida em atentado terrorista no centro de Oslo, capital da Noruega. No topo da página, há dois destaques. O primeiro, para uma matéria de comportamento, e o segundo, de política. Não há, até então, nenhuma menção ao que está acontecendo e escandalizando no Ministério dos Transportes.

No mês de agosto, há uma mudança no cenário político brasileiro. Chegam ao conhecimento do público novas denúncias de corrupção na Esplanada, desta vez, no Ministério da Agricultura. A capa da edição de número 2228, do dia 3 de agosto de 2011, reserva um pequeno espaço, no topo da página, para esta reportagem. A revelação: "Ali só tem bandido", feita pelo próprio ex-diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), aponta para o teor do que iria ser tratado a seguir.

Dividem o espaço com Oscar Jucá, uma matéria sobre a crise na Europa, além de uma ilustração da bandeira da Espanha, e uma matéria sobre carros roubados na Bolívia. O assunto principal é a crise econômica dos Estados Unidos. No centro da página, há uma foto do Presidente Barack Obama, com seis flechas espetadas no seu corpo. A foto poderia representar o modo como Obama está sendo visto pela oposição e pelos colegas.

A leitura da capa da edição 2229, da revista Veja, do dia 10 de agosto, começa com a frase "Pânico nas bolsas". Uma nota de cem reais está usando óculos cor-de-rosa. No topo, o rosto preocupado do lobista Julio Froés, ao lado da

palavra "corrupção", também em cor-de-rosa.

A edição de número 2230 enfim, deu o destaque que se fazia necessário para o escândalo no Ministério da Agricultura. A imagem do ex-ministro Wagner Rossi ocupa toda a página. No seu rosto, um sorriso irônico, mas com ar de esperteza. Desta vez, todas as acusações apresentadas contra o político estão estampadas na capa, em letras brancas, embaixo da frase: "A praga da corrupção". Fica explícito que, enquanto ocupava um dos cargos mais importantes do governo, ele era o mandante de uma série de atos de corrupção.

A última capa a ser analisada esquece de dar importância aos esquemas de corrupção evidentes no primeiro ano do governo de Dilma Rousseff. Diferente das reportagens que traz a revista, a edição de número 2231, do dia 24 de agosto de 2011, fala sobre dor. Uma jovem alongando-se em uma bola enorme de cor vermelha, que representa o próprio d da palavra "Dor". Abaixo da imagem, os dizeres: "Para R\$ 40 milhões de brasileiros, ela é crônica. Negligenciados por muito tempo, esses doentes passam agora a ser uma das prioridades da medicina". No topo, destaque para as editorias de história e de cinema.

Visto que a Veja é um veículo de periodicidade semanal, dever-se-ia continuar a dar destaque para as atividades ilícitas dos parlamentares brasileiros, em vez de mascarar os acontecimentos e colocar em debate um tema cuja relação com a capa anterior é inexistente. A Revista é conhecida por militar contra o Partido dos Trabalhadores representado por Dilma Rousseff e em vigência até os dias de hoje. Entretanto, a opção de deixar de lado o assunto da corrupção mostra que os fatos reveladores tomam proporções tamanhas que muitos interesses privados e partidos políticos estão envolvidos.

7.4 ASPECTOS EDITORIAIS

O editorial da edição de número 2224, do dia 6 de julho, não fala sobre a questão corrupção. Explica que a revista pretende descobrir de que maneira o cidadão brasileiro vai ser beneficiado com a fusão das empresas Pão de Açúcar e Carrefour, por meio do BNDES. Ao mesmo tempo, procura descobrir o motivo de esta fusão entre os dois grupos exigir cerca de 5 bilhões de reais e porque o Estado brasileiro tem interesse em defender a operação.

Já o editorial da revista, do dia 13 de julho, vem acompanhado de um título de impacto: "Ação fulminante". O texto faz menção a uma reportagem da mesma edição, que analisa os impactos da demissão de integrantes do Ministério dos Transportes. Esclarecendo que o processo de demissão teve início antes da publicação da última edição de Veja, e que somente naquele momento Alfredo Nascimento tinha efetivamente deixado o cargo, o conteúdo da publicação enaltece a agilidade da Presidente Dilma Rousseff no processo de exoneração dos integrantes da pasta.

Na editoria de opinião da revista, de número 2226, a importância da opinião pública é engrandecida por meio de três exemplos. O primeiro é a desistência do governo em colocar bilhões de reais de dinheiro do contribuinte em um negócio privado, a fusão do Grupo Pão de Açúcar com o Carrefour, em virtude da repercussão negativa que o processo estava provocando na população. O segundo, o fato de o Planalto ter avaliado que a permanência do diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antonio Pagot, no cargo, não seria visto com bons olhos pelo povo, justificando assim, sua demissão. E o terceiro destaque: Rupert Murdoch desistira de comprar a operadora de televisão BSkyB, depois que a mídia revelou que um dos jornais do qual é dono o News of the World, praticava crimes de espionagem e compra de informações policiais.

O editorial, da edição 2227, traz uma nova descoberta. Uma investigação realizada pelo Tribunal de Contas da União, sobre o sistema de compras do governo federal, constatou que foram encontrados mais de 80.000 indícios de irregularidades nas contratações de empresas que prestam serviços ao Estado brasileiro. A revista questiona onde está a punição para os ladrões do dinheiro público. No topo, uma imagem do pedreiro Roberto Cunha, que foi usado como laranja para receber uma

conta milionária. Com uma expressão um tanto triste, o pedreiro está segurando as suas ferramentas de trabalho, vestindo luvas e uma camiseta muito sujas. O título escolhido para melhor retratar a situação se reflete na frase: "Cadê a indignação?".

É interessante constatar que, na página de opinião da edição de número 2227, a própria revista Veja, frequentemente acusada de refletir os interesses da elite burguesa, retrata a sua inconformidade diante de tantos escândalos políticos. Coloca-se em questão que a falta de indignação da sociedade é sintomática da impunidade que, segundo a revista, ampliou-se espantosamente durante o governo anterior. "Só a forte e permanente mobilização obrigará a Justiça e os políticos a tomar medidas sumárias para limpar a administração pública dos ladrões, colocá-los na cadeia e fazê-los devolver as quantias roubadas ao Erário". Estas palavras representam o que todo contribuinte, assinante ou não da revista, ambiciona.

Na edição, de número 2228, com o título: "Sentinela avançada" e uma foto da equipe de jornalismo investigativo de Veja, a revista declara-se satisfeita com a sua atuação no que tange às reportagens de cunho político-investigativo. Ao usar como exemplo o Mensalão e a Máfia dos Anões do Orçamento, entre outros, o grupo, na figura do editor Policarpo Junior, diz-se influente quando trabalha com rigor e transparência.

O título "A agressão do "doutor Júlio" já indica o que vem a seguir. Neste espaço de opinião, Veja relata o primeiro caso de agressão física contra um jornalista da revista, protagonizado pelo lobista Júlio Froés que, mesmo sem vínculo formal algum com o Ministério da Agricultura, possui sala, computador e acesso ao elevador privativo do Ministro. Na repartição, ele era conhecido como "doutor Júlio". O episódio se deu depois que o jornalista Rodrigo Rangel procurou o lobista, em um restaurante, a fim de descobrir porque o professor gozava de tantos privilégios. Froés, ao final da entrevista, ameaçou a família de Rangel e o agrediu com joelhadas na barriga e no rosto. O acontecimento é narrado para que o leitor entenda o baixo nível das pessoas que trabalham nos órgãos públicos e, neste caso, fazendo uso do dinheiro do contribuinte.

No editorial que acompanha a capa que melhor denuncia a corrupção no país, a revista declara seu apoio à faxina da Presidente Dilma Rousseff. No canto esquerdo, uma foto de Dilma, sorrindo. Ao final do texto, há um apelo, para que ela continue a sua onda de demissões e que seu exemplo se espalhe por todos os

níveis da administração pública, o que seria do agrado de grande parte dos leitores da revista e da população.

Por fim, a "Carta ao Leitor" da oitava edição a ser analisada traz o título: "O loteamento é a raiz da corrupção", o que dá um desfecho adequado para o trabalho, na medida em que não só denuncia as atividades ilícitas praticadas pelos representantes públicos, como também apresenta uma solução. Além de trazer à tona dois novos casos de corrupção na Esplanada, no Ministério do Turismo e no das Cidades, esta coluna torna claro que o problema está na maneira como é feita a escolha para cargos-chave na administração pública brasileira. A saída está em diminuir o número de funcionários indicados por políticos, ou em recrutar pessoas com conhecimento técnico e currículo impecável.

De uma forma ou de outra, avalia-se que o espaço dedicado ao Editorial da Revista cumpre o seu papel de debater os temas mais polêmicos abordados em cada edição, seja na capa ou seja nas matérias de outras editorias. Portanto, aqui, faz-se bom uso do espaço dedicado para fazer com que os leitores reflitam sobre os temas colocados em questão, já que o editorial de uma publicação essencialmente é um artigo de opinião que representa a visão do veículo como um todo.

7.5 ANÁLISE DAS REPORTAGENS

A primeira reportagem a ser estudada neste trabalho ocupa seis páginas. Situada na editoria de "Brasil" de Veja, apresenta o título: "O mensalão do PR". Abaixo, uma foto na qual a Presidente está vestida de vermelho, uma cor quente, associada ao poder, à guerra e à violência. Dilma está a apontar o dedo, enquanto cobra explicações sobre a majoração do custo das obras do Ministério dos Transportes. Na página seguinte, o rosto do ex-ministro da pasta e Presidente do Partido da República, Alfredo Nascimento, é usado na ilustração de um aluno castigado pela professora. Na cabeça, um chapéu de bobo com o número 4%, fazendo referência ao valor que o político desviava com propinas para os próprios bolsos.

Ao longo da matéria, vem ao conhecimento dos leitores o que aconteceu no Ministério. A explosão nos valores dos empreendimentos vinculados ao Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC); a elevação do orçamento de obras em ferrovias, que passou de 11,9 bilhões de reais, em março de 2010, para 16,4 bilhões em julho de 2011; o superfaturamento das obras da Valec, estatal responsável pela malha ferroviária, e do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit). No decorrer do texto, faz-se uma comparação ao escândalo do Mensalão, sofrido durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, nos anos de 2005 e 2006, mesmo porque um dos envolvidos naquele episódio, o deputado federal Valdemar Costa Neto, é, segundo Veja, quem decide as indicações para cargos do Ministério dos Transportes e quem escolhe as empresas com direito a executar os projetos e as obras da pasta.

Na quarta página, a revelação sombria de que os membros do PR cobravam propinas a cada consultoria realizada. No centro da folha, há um gráfico, com o nome de cinco pessoas ligadas ao Presidente de honra do partido, Valdemar Costa Neto. Acima, os dizeres: "Os inadministráveis do PR". A expressão foi usada pela própria Presidente. O texto aponta Luiz Tito Barbosa, o assessor da pasta, como o responsável por receber os pagamentos ilegais. Finalmente, a última página mostra uma foto com o tráfego de caminhões a fluir normalmente.

Entretanto, a imagem está a lembrar ao leitor que o trabalhador brasileiro é quem paga os impostos e faz uso dessas estradas inacabadas e com obras

superfaturadas. A reportagem, que traz novas informações, do início até o final, termina com o comunicado do Ministério à imprensa de que o Ministro Alfredo Nascimento não tinha conhecimento sobre práticas irregulares na gestão dos contratos do Dnit e da Valec, e que, caso elas se confirmem, tomará as medidas necessárias.

A edição de Veja, do dia 13 de julho contém 5 páginas, também dentro da editoria "Brasil". Na primeira delas, uma foto de Alfredo Nascimento, com uma expressão desconcertante e consternada, ocupa cerca de metade da folha. O título, em letras grandes: "Isso dá cadeia!" entrega o tom de punição ao político. Nas primeiras linhas, chega ao conhecimento do leitor que o Ministro fora demitido do cargo, porém, reassumia a cadeira de Senador pelo Amazonas e participaria da escolha do seu sucessor. O conteúdo já sugere que o ex-ministro não fora tão castigado quanto deveria, já que, pelas acusações ele deveria ser tratado como um ladrão, sem direito de exercer qualquer função pública novamente.

No canto direito da página seguinte, há uma imagem em que Dilma olha para cima. Na direção em que ela está a olhar, a foto de uma obra sem trabalhadores, ocupa, novamente, metade da folha. O texto menciona uma fraude na construção de dois quilômetros de uma estrada em Minas Gerais, que custou aos cofres públicos 35 milhões de reais, ou seja, cada quilômetro custou mais de R\$ 17 milhões de reais. O dado, citado no início da matéria, usada para introduzir o assunto, foi dito pelo próprio ex-ministro, que se mostrou espantado com o preço da construção.

Nas revelações seguintes, são informados os lugares onde o presidente, o presidente de honra do PR, e o assessor do gabinete do Ministro recebiam as propinas. Posteriormente, se afirma, com ironia, que nenhum dos quatro “mandachuvas” demitidos do ministério terão que recorrer ao seguro-desemprego. Isso porque descobre-se também que o filho de Alfredo Nascimento, Gustavo Moraes Pereira, é um empresário muito bem sucedido. De acordo com o veículo, Gustavo montou uma construtora, cujo capital era de R\$ 60.000 reais em 2005. Três anos mais tarde, em 2008, o patrimônio da empresa já registrava R\$ 52 milhões de reais. O empuxo financeiro foi dado, segundo Veja, por uma empresa que tem contratos milionários com o Ministério dos Transportes, onde seu pai era o representante.

Uma foto dá conta de ilustrar a casa de R\$ 4 milhões de reais que estava a

ser construída por Mauro Barbosa, o chefe de gabinete de Nascimento e que, também, se beneficiava com pagamentos ilegais. O Presidente da Valec, José Francisco das Neves, o Juquinha, também foi desmascarado. Nos anos de 2009, 2010 e 2011, ele comprou pelo menos três propriedades, cada uma avaliada em R\$ 25 milhões de reais, no município de Mundo Novo, uma região de pecuária, perto da divisa com o Mato Grosso. As três fazendas equivalem a quase 250 estádios do Maracanã. A reportagem termina a dividir espaço com a aposentadoria do Ministro do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar.

A próxima reportagem que dá continuidade ao escândalo no Ministério dos Transportes traz na capa o Diretor afastado do Dnit, Luiz Antonio Pagot. Na imagem, que ocupa dois terços de uma folha, ele gesticula como se tivesse razão e aparenta ter propriedade sobre o que fala. Abaixo da foto, encontra-se a legenda: “Fera mansa” , que retrata o modo como ele deve ser tratado. A matéria conta com duas páginas e está novamente na editoria "Brasil".

O texto relata que petistas (integrantes do Partido dos Trabalhadores) sentem-se ameaçados pelo ex-diretor, que, de renegado ao cargo, passou a ser tratado com cautela pelos colegas políticos. Ele afastou-se do mandato temporariamente em *férias*. Na página seguinte, Pagot denuncia o Diretor de Infraestrutura do Dnit, Hideraldo Caron que, segundo ele, defende nos colegiados os reajustes das obras, negocia com as empreiteiras, define custos e chega a ganhar até “ajuda de custo” dessas mesmas empreiteiras. Ainda, segundo Pagot, Hideraldo Caron foi quem autorizou o superfaturamento em 73% do valor original da obra de duplicação na BR-101, no trecho entre as cidades de Palhoça, em Santa Catarina, e Osório, no Rio Grande do Sul, localizadas no sul do Brasil.

O título ocupa as duas páginas: “Guerrilha da Corrupção” . A palavra *corrupção* está acima da foto de Hideraldo Caron. Fica claro que ambos estão envolvidos, mas para Pagot não sair do cargo como o único culpado pelos malfeitos, ele resolveu denunciar os outros e, principalmente, o petista Hideraldo Caron. A revista especula que ele possa ser o sétimo envolvido no esquema, a ser demitido de seu cargo.

A próxima reportagem da editoria "Brasil", da revista Veja, trata do esquema de corrupção descoberto no Ministério da Agricultura. É a primeira aparição do caso no veículo. “Quiproquó no PMDB” é seu título. Na linha de apoio, explica-se que

um pagamento irregular de R\$ 8 milhões de reais feito em nome de um sem-teto em Brasília. No canto esquerdo, uma foto do vice-presidente Michel Temer. Com apenas uma página e meia de conteúdo, a matéria não deixa claro ao público qual é a dimensão do esquema. Apenas explica que Oscar Jucá, irmão do líder do governo no Senado, Romero Jucá, foi demitido da Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab, pelo então Ministro da Agricultura, Wagner Rossi.

A exoneração foi realizada depois que Jucazinho, como é conhecido, realizou uma transferência irregular a uma empresa de armazenagem chamada Renascença. Isto teria causado um desconforto a Temer que, amigo de Romero Jucá e padrinho de Wagner Rossi, optou resolver o problema sem alarde.

A primeira página da quarta reportagem, também na editoria "Brasil", traz a imagem de três homens: Romero Jucá, líder do governo, Roberto Cunha e Madson Martins, estes últimos, escolhidos para atuar como laranjas no esquema de corrupção praticado no governo. Na imagem, Roberto Cunha, o pedreiro, está vestindo uma camiseta branca, com manchas de sujeira, e segurando as ferramentas que usa para trabalhar. O vendedor Madson Martins está com as mãos no bolso, a olhar com cara descontente para a câmera.

Intitulada "Pobres homens ricos", a matéria conta a história dos dois trabalhadores que se descobriram empresários e donos de uma fortuna de R\$ 8 milhões de reais. Na terceira página, o conteúdo repete o da edição anterior de Veja. A transação irregular, feita em nome de Jucazinho, irmão do senador Romero Jucá, à empresa Renascença, é novamente citada. O nome do vice-presidente Michel Temer também é lembrado.

Desta vez, entretanto, o texto explica que a Ministra Gleisi Hoffmann convocou uma reunião com o então Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, que resultou na demissão de Oscar Jucá. Uma foto do contraventor é divulgada ao lado. Da metade da folha para baixo, a retranca "A sociedade do milhão" dá conta de trazer à tona outros casos de personagens que se valeram de laranjas na história da política brasileira. Jader Barbalho, Joaquim Roriz, João Carlos Zoghbi, Renan Calheiros, Romero Jucá e Gim Argello são os exemplos escolhidos pela revista.

As fotos de Gleisi Hoffmann e Wagner Rossi ocupam metade de uma página. Ela, vestida de preto dos pés à cabeça, como que de luto, e com uma das mãos no rosto, dá o ar de lamentação. Ele está a gesticular com a mão e faz uma expressão

de quem está a discutir em tom de voz alto. A continuação do texto revela que a empresa Renascença possui ligações históricas com Jucá e que a tática de usar laranjas para esconder malfeitorias é apenas um dos muitos truques de políticos e empresários para se beneficiar do dinheiro público.

Um levantamento do Tribunal de Contas da União apontou que, de 142 mil contratos de compra durante o último mandato do governo Lula, há pelo menos 80 mil indícios de irregularidades cometidas pelas empresas catalogadas. Destas, foram encontrados 16 mil casos de disputas simuladas, quando a licitação foi disputada por empresas diferentes, mas com sócios em comum. Além disso, uma única empresa venceu mais de 12 mil licitações, mas não assinou os contratos, passando a responsabilidade para a segunda empresa colocada na disputa, esta última, com os preços mais elevados. O prejuízo pode ultrapassar a casa dos R\$ 10 bilhões de reais. A imagem do Ministro do TCU, Valmir Campelo, que assinou o relatório, ocupa um espaço considerável na página.

Na última folha, a revista se encarrega de citar uma parte do artigo 54 da Constituição: "Os Deputados e Senadores não poderão (...) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público". Contudo, diversos parlamentares, eleitos em 2006, também atuavam em empresas que firmaram contratos com o governo. Veja faz a relação de alguns deles: Eunício Oliveira, do PMDB, Paulo Maluf, do PP (ambos com foto) e Felipe Maia, do DEM. Ao final da reportagem apresenta-se um apelo irônico ao Ministério do Planejamento: que efetue uma ampla reformulação nos sistemas de compras do governo, "para evitar que as safras sazonais de laranjas se perpetuem como regra de convivência da política brasileira".

Na edição cuja capa é um assunto internacional, a matéria principal também trata da situação econômica dos Estados Unidos. Mas o escândalo da Agricultura ocupa quatro páginas da revista. Na primeira, uma foto de Oscar Jucá, de terno e gravata, revela o que sabe. A reportagem apresenta o título "Dinheiro por fora", em letras brancas. O fundo é azul marinho. O tom de heroísmo é atribuído ao irmão de Romero Jucá, já que ele está a auxiliar a desvendar as obscuridades do Ministério da Agricultura.

Na coluna ao lado, estampa-se uma retrospectiva do que já foi publicado em Veja, nas edições anteriores. Entre suas acusações, ele declara: "A Conab é pior

que o Dnit", o que dá a entender que o órgão seria o posto avançado da central de negócios que é o Ministério. No canto direito da segunda página, a foto do ex-Ministro Wagner Rossi, transtornado.

No jogo de perguntas e respostas de Veja, situado em um quadro cinza e ocupando três páginas, Oscar Jucá afirma que a Conab representa interesses de poderosos e milionários. Além disso, o ex-diretor critica o Presidente do órgão que, segundo ele, elevou o valor de uma dívida de 14 milhões de uma empresa chamada Caramuru, para 20 milhões, por conta própria, e sem embasamento legal. Ele também cita que, após a demissão, Wagner Rossi teria oferecido propina em troca de silêncio e garantiu que Jucazinho receberia parte do dinheiro das transações ilegais, caso aceitasse sair do cargo.

A oferta, segundo Oscar Jucá, foi feita porque o Ministro já pensava em alguém para ocupar a vaga, provavelmente alguém tão corrupto quanto ele. Michel Temer está com as mãos e as pernas cruzadas na foto do canto esquerdo da terceira página. Sua expressão é séria e ele está olhando para o lado. Na outra foto, Romero Jucá, também de terno e gravata, está em movimento.

Para finalizar esta reportagem, Oscar Jucá revelou o favorecimento a empresas de amigos e financiadores de campanha, na venda de terrenos a preços muito abaixo do valor de mercado. Tudo, claro, com o aval de Wagner Rossi e do Presidente da Conab, Evangevaldo Moreira dos Santos. No centro da última página, há um gráfico para o leitor entender como funciona a hierarquia na estatal. A começar pelo Presidente, Evangevaldo Moreira dos Santos, são cinco os subordinados diretos. Quatro diretores: Silvio Isopo Porto, do PT; Marcelo de Araújo Melo, Oscar Jucá Neto e Rogério Abdalla, do PMDB; e o procurador-geral, Romulo Sulz Gonsalves Júnior, do PTB.

Novamente com seis páginas, a suíte do escândalo no Ministério da Agricultura da edição de número 2229, do dia 10 de agosto, acompanha o dia a dia de Julio Fróes. Primeiramente, o leitor se depara com uma foto do lobista de costas, com sua imagem refletindo no espelho da porta do Ministério. Ele carrega uma mala, caminha tranquilamente, sua expressão é pensativa. Não se pode dizer que ele caminhe de cabeça erguida. Pelo contrário, parece estar preocupado. Em letras garrafais brancas: "O homem da mala". Na linha de apoio, a imagem do lobista já é reduzida, no momento em que o texto revela que Fróes se considerava amigo de

Wagner Rossi, e por isso, distribuía pacotes de dinheiro a funcionários do setor de licitações. O verbo *distribuir*, aqui, leva ao entendimento de que a entrega era mesmo feita continuamente e sem critérios.

A declaração e a foto do ex-chefe da Comissão de Licitação do Ministério da Agricultura, Israel Leonardo Batista, aparecem no início da reportagem: "Me ligaram e disseram que era pra ir até a sala da assessoria do parlamentar. Quando cheguei lá, encontrei Froés. Em cima da mesa havia um monte de pastinhas. Ele me deu uma. Disse que era uma pequena agenda. Quando abri, tinha um maço de notas de 50 reais. Devolvi na hora". O depoimento dá força às acusações de corrupção, no momento em que é dado por outro funcionário da pasta, e não apenas por Oscar Jucá, a confirmar a existência de malfeitorias na pasta.

A próxima página traz uma foto de Wagner Rossi, com um leve sorriso nos lábios. Abaixo da imagem, um diálogo dele com o repórter de Veja, no qual ele nega conhecer Júlio Froés. Acima, duas colunas de texto explicam que Froés é tratado como autoridade no Ministério, mesmo sem vínculo formal com a pasta, e que cuida dos processos de licitação, redige editais, escolhe as empresas que vão prestar serviço ao governo, entre outras atividades ilícitas, e tudo com o aval da cúpula do órgão. Veja faz questão de destacar que Júlio Fróes declarou-se amigo do ex-ministro Wagner Rossi, para colocar em cheque a declaração do próprio Rossi de que não conhece o sujeito.

As páginas seguintes tratam de seguir os passos do lobista durante um dia no Ministério. O quadro, intitulado "O lobista da mala em ação", mostra sete imagens de Froés. Às 11 horas, entrando no Ministério com uma mala; depois, saindo dele sem a mala; a acompanhar a Comissão de Agricultura no Congresso, finalmente, recebe a mala de volta às 18 horas, e vai-se embora.

No início na quinta página, a revista elucida o episódio em que Milton Ortolan, apresentou o lobista aos funcionários e disse que Froés usaria o computador para formular um documento. Este tratava de justificar a necessidade da contratação, pelo governo, da Fundação de São Paulo (Fundasp), entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo.

O documento foi levado ao gabinete do ex-ministro, que autorizou a contratação, mesmo sem licitação. Mais tarde, o lobista apresentou-se como representante da fundação, beneficiada em milhões de reais. Depois de bem

sucedido o processo de contratação, Froés convocou todos os funcionários da pasta na sala de Assessoria Parlamentar, no 8º andar, e distribuiu uma *gratificação* a todos, pela ajuda. Israel Batista, então Presidente da Comissão recusou na hora e seu depoimento ajudou a revista Veja a comprovar os atos ilícitos.

O texto elaborado, em duas colunas inteiras, termina com o fato de Ortolan e Rossi negarem ter ouvido falar no lobista. No topo, uma foto de Ortolan, de terno e gravata, com expressão satisfeita. Abaixo, uma imagem do atual assessor especial do Ministério, Alexandre Magno, também com ar de satisfação. Enfim, a última página inicia com a negação de Froés sobre as acusações. Em seguida, uma proposta do lobista à revista, de propina, em troca de gravações que comprometem o braço direito do ex-ministro, Milton Ortolan. A ocupar metade da folha, há uma imagem do advogado da Empresa Spam, credora da estatal, Antônio Carlos Simões, denunciando: "O representante da Conab disse que só liberaria o dinheiro se a gente pagasse 15% dos 150 milhões. Isso fere a dignidade de qualquer um".

Na edição cuja capa estampa o rosto de Wagner Rossi, a matéria principal também dedica uma página exclusiva para retratar o ex-ministro com um sorriso largo e sádico. Ele parece estar a divertir-se às custas do eleitorado. Os próprios autores da reportagem tratam de compará-lo ao vilão com cara de palhaço interpretado pelo ator norte-americano Jack Nicholson, o Coringa, nos filmes de Batman, um herói das histórias em quadrinhos. Na editoria "Brasil", desta vez com 8 páginas, a reportagem apela para um título impactante e propositadamente controverso. A antítese consiste em colocar, na mesma frase, as palavras *agricultura* e *lixo*. "A agricultura no lixo" é a forma que melhor representa a atitude dos funcionários da pasta.

O texto que segue torna público que o ex-ministro cultivava uma amizade de 50 anos com o Vice-presidente Michel Temer, e que, por isso, foi indicado ao cargo que ocupava. Em seguida, mais obscuridades a respeito do político. Durante o ano de 2007, quando presidia a Conab, o órgão doou 100 toneladas de feijão à prefeitura de João Pessoa, no Estado da Paraíba, para serem distribuídos entre as famílias de baixa renda. Entretanto, o Prefeito, na época, optou por guardar o estoque, até que se aproximassem as eleições municipais. Um funcionário que descobriu a mercadoria escondida denunciou o malfeito à Polícia Federal e a Justiça Eleitoral. O então prefeito, hoje, governador da Paraíba, resolveu sumir com as provas,

resultando no desperdício de oito toneladas do produto, despejado em um aterro sanitário da cidade.

A crítica é feita a Wagner Rossi, no sentido de nada ter feito diante da denúncia pelo funcionário, apenas depois que a notícia veio ao conhecimento do público. Além do mais, puniu o funcionário por *expor* a imagem da Conab, publicamente. Dividem espaço com o texto, duas fotos pequenas da doação, e um quadro com foto maior de Israel Batista. No mesmo espaço, uma foto pequena da chefe de gabinete da Secretaria Executiva do Ministério, Karla Carvalho, que confirmou a denúncia de propina. O ex-presidente da Conab, Alexandre Magno Franco Aguiar, também confirma que o ministro utilizou o expediente para distribuir alimentos em troca de votos.

Na outra página, Veja relata acontecimento ocorrido durante reunião da Comissão de Licitação do Ministério da Agricultura, em que um dos integrantes levantou a mão para acusar um pagamento de dois milhões de reais ao 8º andar. Israel Batista, na ocasião, prontificou-se a registrar a declaração em ata e encaminhar o documento à Polícia Federal. Ele teria sido chamado por Karla Carvalho, que deu ordens para não registrar aquilo em ata e não denunciar à polícia. Karla nega ter impedido a investigação. As fotos de Julio Froés, Milton Ortolan e Alexandre Magno, pivôs do escândalo, ocupam uma coluna no canto direito. Também o filho de Wagner Rossi, Baleia Rossi, descobriu-se, recebia benefícios do pai.

As revelações contra Wagner Rossi não acabam. Na quinta página, novas denúncias de que, quando presidia a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), quitou uma dívida de R\$ 126 milhões de reais para 99 empresas diferentes, com o dinheiro público. Com isto, atualmente, ele figura como réu em uma ação popular na Justiça Federal de Santos. No topo da folha, uma foto grande, da Codesp, ocupa lugar. Abaixo, uma pequena, do procurador André Bertuol, classificando o ato como ilegal, imoral e lesivo ao patrimônio público. Segundo Rossi, o acordo com as empresas não causou nenhum prejuízo aos cofres públicos. Na mesma página, uma foto do ex-deputado federal Fernando Chiarelli, oferece os dizeres: "Ele (Wagner Rossi) sempre viveu da política e, com ela, se tornou um milionário".

As imagens seguintes retratam o antes e o depois, no que tange ao

patrimônio de Wagner Rossi. A diferença impressiona. De uma casa de classe média, em Ribeirão Preto, Rossi passou a morar em casa no alto de uma colina, cercada por um bosque. A área tem 400.000 metros quadrados. A reportagem chega ao fim com um certo tom irônico, ao especular que, ao longo da sua carreira como político, Rossi não cuidou bem do dinheiro público. Em compensação, o dele foi cuidado com dedicação.

A última edição a ser analisada, dá continuação à cobertura sobre o escândalo no Ministério da Agricultura, novamente destacando seus principais personagens. Ocupa uma página inteira a imagem de Michel Temer e Wagner Rossi. Temer, com um sorriso realizado, sem mostrar os dentes, está a olhar para baixo. A impressão é que ele esconde algo que os brasileiros desconhecem. Na sua frente, seu apadrinhado e querido amigo, Wagner Rossi, ajeita o terno, com uma cara de esperto.

Desta vez, a revista noticia o afastamento do Ministro, tratado da seguinte forma: "Emparedado por denúncias de irregularidades, Wagner Rossi pediu para sair". Com ele, já são quatro ministros do governo Dilma Rousseff que deixam o cargo, em 2011. Por falar nela, uma coluna da segunda folha mostra a Presidente sorridente e movimentando-se de roupa vermelha.

No primeiro parágrafo, a revista expõe rapidamente que, depois de apresentar-se como vítima de uma conspiração, Wagner Rossi pediu demissão. Todavia, a revista, de uma forma sutil, mostra ao leitor que não foi uma decisão do próprio Ministro. Embaixo da imagem da Presidente, fica o registro: "Dilma Rousseff foi aconselhada pelo PT e pelo ex-presidente Lula a manter no cargo Wagner Rossi, homem da confiança do vice-presidente Michel Temer. Mas não adiantou".

Esta última matéria procura utilizar o escândalo na Agricultura como exemplo para tratar da corrupção política como um todo. Ainda no segundo parágrafo são lembrados os nomes dos Ministros já exonerados de seus cargos, nos primeiros oito meses do governo Dilma, enfatizando que a atitude da Presidente, ao realizar as demissões das pessoas denunciadas, apresenta-se bastante adequada para a imagem do governo.

Nas duas últimas folhas, há um gráfico que exhibe os principais acontecimentos do escândalo, conforme as edições anteriores de Veja. A revista especula que os colegas de governo de Rossi já sabiam que ele estava com as

horas contadas. Nota-se um cuidado ao evitar tratá-lo como Ministro. Ao longo da reportagem, depara-se com Rossi ou então *ex-ministro*, para se referir ao contraventor. Ainda é destacada uma reunião entre PT e PMDB, após a saída de Wagner Rossi, para evitar confrontos entre os dois partidos. No topo, uma foto com pelo menos seis políticos ocupa duas páginas.

Na frente deles, uma faixa verde, com os dizeres "CPI da CORRUPÇÃO". Sobre a imagem, é comentado que a oposição se organizou em uma frente de apoio ao combate à corrupção no Congresso. Não se especifica quantos políticos aderiram ao movimento ou a partir de quais atos se embasaram.

Mais uma vez, cita-se a preocupação em evitar maiores danos políticos e relata-se o modo como agiu Dilma Rousseff para manter a harmonia entre o governo e o PMDB, a elogiar o ex-ministro. A Presidente mostrou respeito ao partido, também ao solicitar que Michel Temer novamente indicasse quem ocuparia o cargo de Rossi.

A última página, traz enfim uma foto do novo Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho. Ao final do texto, Ribeiro Filho é devidamente apresentado ao seu público. O último parágrafo faz questão de mencionar que o Ministro empobreceu na política, descrevendo que, em 2006, ele declarou ter um patrimônio de 569 mil reais, e que, em 2010, 382.000 foram declarados. Para fechar com o tom irônico habitual da revista, destaca-se que é um caso raro em um ambiente em que a regra segue lógica inversa. E enfatiza: "Que o digam Palocci, Nascimento e Rossi".

8. CONCLUSÃO

A atividade jornalística passou por diferentes mudanças ao longo da história e ocupou novas plataformas de comunicação dentro da sociedade. O jornal impresso, que tem suas origens na troca de correspondências via correio entre as pessoas, passou a fazer parte da vida do cidadão de maneira a informar, desalienar e guiar a opinião pública, comprometendo-se em noticiar com veracidade e de maneira objetiva o que estava sendo veiculado para o público.

No Brasil, foi a partir da década de 1990 que a internet ganhou espaço, e desde então, para garantir a maximização dos lucros, a influência pública e a satisfação do interesse da população, as empresas de comunicação passaram a fazer parte deste universo *online*. Hoje, a grande maioria das publicações está disponível em versão digital, visto que as assinaturas do jornal impresso têm decaído nos últimos anos.

O ponto positivo que observa-se na mídia digital, é que uma notícia que antigamente era publicada somente no âmbito municipal da região em que aconteceu, hoje, em questão de minutos, já passou pelos cinco continentes e recebeu centenas ou milhares de comentários e visualizações. O conceito de "público" recebeu um novo significado graças aos desenvolvimentos tecnológicos e à maneira com que a população faz uso deles. Os sistemas digitais de informação fixam o conteúdo na cabeça do leitor de um modo relativamente durável.

A análise da cobertura dos escândalos políticos no Ministério dos Transportes e da Agricultura no governo de Dilma Rousseff foi realizada no intuito de avaliar a forma como a mídia brasileira comunica aos seus leitores assuntos de tamanha importância e significado. O material analisado encontrava-se disponível no acervo digital do seu *site*. O estudo foi conduzido com base nos conceitos e teorias de John B. Thompson, que classifica as condutas e códigos morais e éticos a serem seguidos pelas pessoas cuja profissão implica e interfere a vida de toda a sociedade, e a maneira pela qual a mídia registra os desvios de tais condutas.

Observou-se, portanto, que o capital simbólico de todos os políticos envolvidos nos esquemas de corrupção citados pelas matérias jornalísticas da Revista Veja tiveram o seu capital simbólico prejudicado, visto que o veículo não tratou-os de forma respeitosa, pelo contrário, referiu-se a eles de forma irônica e

acusatória, certas vezes a fazer piadas sobre a situação em que encontravam-se.

Esse posicionamento da revista influencia diretamente a maneira como os leitores pensarão a respeito do assunto, como formularão suas opiniões e como comunicar-se-ão sobre o tema com as pessoas as quais convivem. Aqui, é aceita a teoria acima referida, de Lee Thayer, de que o processo de comunicação também pode funcionar para influenciar e persuadir, de forma direta e manifesta.

A revista é conhecida no Brasil por ser contrária ao Partido dos Trabalhadores (PT) e estar alinhada com o pensamento dos partidos contrários aos programas socialistas brasileiros. A julgar pelo seu histórico de manifestar apoio à oposição através de seus colunistas e editorialistas, é claro que é de seu interesse desvendar os escândalos que acontecem enquanto o PT está à frente do governo. Ainda assim, a partir das reportagens analisadas, avalia-se que Veja não toma nenhum partido durante as revelações de corrupção, expondo todos os nomes dos envolvidos com o mesmo tratamento e o mesmo grau de seriedade.

A levar em consideração a teoria de Alfred Korzybski sobre o processo de abstração, que deixa de lado ou não leva em conta detalhes da percepção, pode-se enfatizar que, neste estudo, a apropriação da realidade é comunicada por meio de pontos de vista pré-formados sobre determinados aspectos, que não levam em consideração todas as perspectivas relevantes na hora de expor o acontecimento perante a opinião pública.

Assim, a cobertura realizada pela Revista Veja tampouco representa o que de fato acontece na política brasileira. A cobertura dos assuntos em questão foi feita, algumas vezes, com riqueza de detalhes; outras, com informações genéricas e em certas edições sequer foram mencionadas. De qualquer forma, vale destacar que em todas as reportagens foram desmascaradas as identidades dos contraventores e que função ocupavam no governo brasileiro.

Este trabalho também aceita amplamente a teoria de Walter Lippmann, citada no quarto capítulo. Recorde-se que ela defende que o grupo de fatos apresentados, os quais serão usados para que as pessoas formulem as suas próprias opiniões acerca de determinado assunto, será amplamente influenciado pelo padrão de estereótipos inerentes aos comunicadores.

Dito isso, percebe-se que ao desempenhar o seu papel de comunicar, a mídia realiza de forma quase que automática, um filtrar de acontecimentos com base nos

seus próprios critérios de escolha, o que virá e o que não virá ao conhecimento do seu público leitor. Esse filtro pode ter em vista o produto que venderá mais, a visão política e a linha editorial que o veículo segue ou, simplesmente, essa interpretação dos fatos virá acompanhada de crenças ou valores do próprio comunicador, por mais transparente que o meio de comunicação tente atuar perante a sociedade.

A nível social, na década de 1960, o mundo ocidental assistiu incontáveis movimentos de contestação e protesto, grupos de manifestantes a lutar pelos seus direitos, como reivindicações da classe trabalhadora que, ao mesmo tempo, reivindicava o seu espaço dentro de uma comunidade com uma vontade em comum, o que pressupõe o conceito de opinião pública.

Para impulsionar esses acontecimentos e mesmo para dar força à luta desses grupos sociais, a mídia desempenha um papel de elevada importância. Ela é a responsável por registrar esses fatos populares marcantes em jornais e revistas que servirão como documentos da história da humanidade. Por outro lado, ela não desempenha o papel apenas de acompanhar essas manifestações. É através da forma como esses fatos são apresentados e conduzidos na esfera pública que se constrói a opinião pública.

Em alguns casos, os veículos de comunicação em massa exorbitam da influência que exercem na sociedade e dão início a determinados escândalos por conta própria. Entretanto, frente aos casos analisados neste trabalho, não foi necessário nenhum apelo. A simples narração dos acontecimentos, pela revista, evidenciou os fatos e causou revolta nos leitores.

O estudo de recepção do público, entretanto, não foi levado em consideração nos aspectos teóricos e na análise do trabalho. Contudo, acredita-se que a resposta do leitor é indispensável para o entendimento sobre a reação do receptor à função desempenhada pela mídia. Se o comportamento da população fosse avaliado, perceber-se-ia, através do espaço reservado ao leitor na revista Veja, o descontentamento dos assinantes da Revista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beltrão, L. (1992) Iniciação à filosofia do jornalismo. Rio de Janeiro: Agir.
- Botín, V. (2009) Los funerales de Castro. Barcelona: Editorial Ariel S.A..
- Briggs, A., & Burke, P. (2002) Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet. Oxford: Polity Press.
- Brofman, J. G. (2010). O cotidiano cubano visto sob duas óticas – Análise do jornal *Gramma* e do blog *Generación Y*. Monografia de Licenciatura, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto alegre, RS, Brasil.
- Dearing, J. W., & Rogers, E. M. (1996) Communication Concepts 6: Agenda Setting. CA: Sage.
- Dewey, J. (1927) The public and its problems, Swallow Press: Athens/Ohio.
- Filho, A. G. (1987) O segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê.
- Habermas, J. (1984) Mudança estrutural da esfera pública, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Hohlfeldt, A. (2001) Teorias da Comunicação. Petrópolis, Vozes.
- Kucinski, B. (2005) Jornalismo na era virtual. Ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Unesp.
- Palocci, A. (2007) Sobre formigas e cigarras. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Ramos, R. (1987) Manipulação e Controle da Opinião Pública. A grande imprensa e

o Plano Cruzado. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo Ltda.

Sánchez, Y. (2010) Mi perfil. Generación Y. La Habana. Disponível em: <http://www.desdecuba.com/generaciony/?page_id=184>. Acesso em 3 mar. 2016

Tarde, G. (1901) A opinião e as massas. São Paulo, Martins Fontes.

Thayer, L. (1968) Communication and Communication Systems. Homewood, Illinois, Irwin.

Thompson, J. B. (2002) O escândalo político. Petrópolis, Vozes.

Sites

Revista Veja. (2011). Disponível em: [Veja.abril.com.br](http://veja.abril.com.br). São Paulo, BR: Editora Abril S.A.